



RIO GRANDE DO NORTE

Nota de repúdio a campanha do governo do estado da Bahia sobre vigilantes e preconceito



O Sindsegr repudia veementemente o vídeo produzido pelo governo do estado da Bahia de combate ao racismo no banco, um material desonesto e injusto com os trabalhadores vigilantes de todo Brasil.

O material publicitário aborda o tema do racismo, intitulado: “COMBATE AO RACISMO: NO BANCO”, porém, o referido vídeo transforma uma categoria de trabalhadoras e trabalhadores honestos, dignos, negros em sua grande maioria, em racistas, preconceituosos e criminosos (afinal, racismo é crime).

Começam a peça, numa Bahia negra, utilizando um personagem branco, de olhos azuis, barbudo (Vigilante não usa barba).

- que “Vigilante trava a porta de segurança do banco”, quando a trava é automática, cabendo ao vigilante apenas destravá-la;

- aponta perfis de suspeitos, num jogo igualmente mentiroso.

Jogam nas costas do trabalhador, e não dos patrões dos bancos e das empresas de segurança, a condição de responsáveis pelo racismo estrutural reconhecidamente entranhado na nossa cultura.

Desconhecem que somos profissionais íntegros, que a cada dois anos temos de provar que somos honestos, a maioria negros, moradores de comunidades periféricas, mas preparados, registrados na Polícia Federal e zelosos pela vida e pela cidadania.

Jogam para debaixo do tapete a nossa condição de invisíveis (quase não recebemos um bom dia na porta de um banco ou num órgão público), discriminados social e racialmente e a todo instante vítimas de todo o tipo de agressão e violência (física, psíquica, moral, social).

O governo não teve o respeito e a honestidade de ouvir os Vigilantes para perguntarem, caso tinham alguma dúvida, de que lado ficamos: algozes, racistas ou vítimas do racismo e da violência.

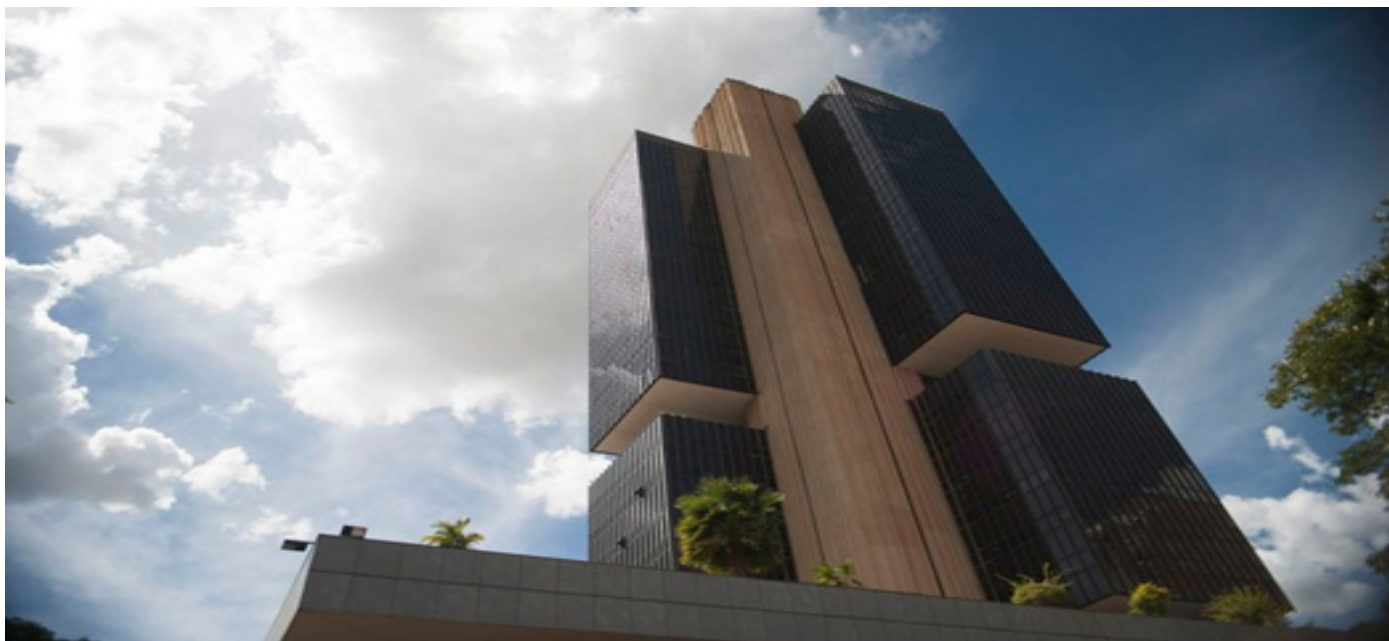
Nosso sindicato repudia qualquer ato de preconceito, mas também qualquer ato dessa de desonestidade e desrespeito aos valorosos profissionais da vigilância patrimonial. Não podemos permitir que pessoas inescrupulosas maculem a imagem da nossa valorosa profissão.

Com informações do Sindicato dos Vigilantes da Bahia

FONTE: sindsegr

Com economia parada e inflação disparada, taxa de juros tem sétima alta seguida. E vai subir mais

Desde março, taxa básica subiu quase cinco vezes. Agora, chegou a 9,25% ao ano. Copom adianta que vai manter a “estratégia”



Copom vem promovendo sucessivas altas dos juros, mas a inflação continua subindo

Ao confirmar as expectativas do “mercado”, o Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, levou a taxa de juros ao maior nível desde 2017. E, assim como na reunião anterior, promoveu a maior alta em 20 anos: com mais 1,50 ponto percentual, a Selic chega agora a 9,25% ao ano. Foi a sétima elevação seguida, em decisão unânime, no encerramento da última reunião de 2021, no início da noite desta quarta-feira (8).

No comunicado divulgado logo depois da decisão, o Copom anuncia que o “aperto monetário” deve continuar, em busca do processo de “desinflação”. E já prevê nova alta, “da mesma magnitude”, na próxima reunião, em fevereiro.

Em março, a taxa básica de juros estava em 2%. Assim, ao longo do ano o Copom aumentou a Selic em quase cinco vezes. Mas a inflação segue sem dar trégua, perto dos 11% ao ano. Na

próxima sexta-feira (10), o IBGE divulga o IPCA e o INPC de novembro.

Ao mesmo tempo, o BC tem limites na sua atuação, uma vez que a economia brasileira mostra estagnação, como se viu na divulgação do PIB do terceiro trimestre, na semana passada. Indicadores de produção industrial e do comércio também mostram resultados ruins. Hoje, por exemplo, o IBGE informou que o volume de vendas no comércio varejista variou -0,1% de setembro para outubro, após dois meses de retração. Inflação alta e renda em queda ajudam a explicar o resultado negativo.

No comunicado de hoje, o Comitê aponta “evolução moderadamente abaixo da esperada” na atividade econômica. Além disso, “a inflação ao consumidor continua elevada”.

Por Redação RBA

Bancários denunciam falta de condições de trabalho no BB e na Caixa

Diversas situações afetam trabalhadores e trabalhadoras e prejudicam atendimento aos clientes e à população



Bancárias e bancários, organizados por sindicatos da categoria de todo o país, realizaram, nesta terça-feira (7) um Dia Nacional de Luta em defesa do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e de seus empregados

“Nosso principal objetivo foi o de denunciar as precárias condições de trabalho em ambos os bancos, que reduzem o quadro de pessoal, sobrecarregam os trabalhadores, estabelecem metas desumanas, abusivas, e promovem o assédio institucional, o que acaba levando muitos ao adoecimento”, disse a coordenadora do Grupo de Trabalho de Defesa dos Bancos Públicos e secretária de Juventude da

Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Fernanda Lopes. “Mas, também mostrar que toda esta situação acaba por prejudicar o atendimento à população e exigir mais contratações, para repor o quadro, reduzir a sobrecarga de trabalho e melhorar o atendimento à população”, completou Fernanda, que também é funcionária do BB e representa a Contraf-CUT nas negociações com o banco.

Nos últimos anos, tanto a Caixa quanto o Banco do Brasil vêm sofrendo com a redução de pessoal, fechamento de agências e a venda de áreas importantes e altamente lucrativas para a iniciativa privada, o que prejudica o atendimento diário à população, mas sobretudo a atuação dos bancos como um todo.

Falta de reconhecimento

A coordenadora da Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa, Fabiana Uehara Proscholdt, ressaltou a falta de reconhecimento do trabalho realizado pelos trabalhadores. “A falta de reconhecimento é um ponto comum em todos os bancos e, mais do que isso, por todos os padrões”, observou. Ela ressaltou, porém, que a Caixa implantou, sem negociação com as representações sindicais, uma ferramenta chamada de “curva forçada” que, independente do resultado obtido, classifica 5% dos empregados como “não atende”. “Eles são punidos com a não evolução no plano de cargos e salários (PCS), por exemplo, o que significa perda de remuneração e de possibilidade de evolução na carreira”, explicou Fabiana, que também é secretária de Cultura da Contraf-CUT.

Cartas à população

Durante as atividades de rua, foram entregues duas cartas abertas direcionadas à população, para explicar os motivos das manifestações.

“A reestruturação, em andamento desde o início do ano, reduziu significativamente o número de funcionários e de unidades, sobrecarregando de trabalho os funcionários. O banco precisa reverter este cenário, em benefício do melhor atendimento, diminuição das filas e da aglomeração que aumenta o risco de contágio por Covid-19”, diz um trecho da carta aberta dos funcionários do BB.

“A população sempre teve na Caixa o apoio para o recebimento dos benefícios dos programas sociais do governo. O atendimento à população infelizmente é precário. A verdade é que isso não é culpa dos empregados.

Um verdadeiro desmonte do banco está acontecendo e sendo promovido pelo governo Bolsonaro e pelos gestores do banco indicados pelo governo”, afirma um trecho da carta aberta dos empregados da Caixa.

Redes sociais

Além das atividades de rua, as redes sociais também foram “invadidas” pela hashtag #ProcuramosNoBBBeCaixa para denunciar a falta de condições de trabalho nos maiores bancos públicos do país.

“A ideia foi a de mostrarmos que o respeito e a valorização dos trabalhadores é cada vez mais um artigo raro nos bancos públicos, assim como está ficando raro encontrar empregados para realizar o atendimento que a população merece”, disse a coordenadora da CEE/Caixa. “O que sobra é mesa vazia, é assédio dos gestores aos seus subordinados, é cobrança de metas abusivas”, completou.

A luta continua

Fabiana disse ainda que as atividades realizadas nesta terça-feira devem continuar até que o banco reconsidere a posição de querer implementar a “curva forçada” no programa de Gestão de Desempenho de Pessoas (GDP), que já recebia crítica dos empregados mesmo antes do acréscimo da “curva forçada”. “A GDP, que também foi implementada sem negociação com os empregados, já era ruim pois se utiliza de critérios subjetivos para avaliar o desempenho dos trabalhadores. Mas, com esse novo mecanismo implementado, se torna inaceitável. Trata-se de uma ferramenta anacrônica, que foi aposentada até pelas empresas privadas nos anos 1980, por não ser capaz de levar ao desenvolvimento profissional e de desempenho das pessoas. E, pior do que isso, o banco confessou que decidiu usá-la para fazer com que os gestores avaliem os empregados sem serem tão ‘bonzinhos’”, completou a coordenadora da CEE/Caixa.

Fonte: CONTRAF

Em artigo, presidente nacional da CUT afirma que empregos vazam para paraíso fiscal

São 31 milhões os trabalhadores subutilizados, de cada 100 postos de trabalho gerados, 83 pagam até 2 salários mínimos, que incluem formas legalizadas de precarização, diz Sérgio Nobre

Foto: ROBERTO PARIZOTTI/CUT



Leia a íntegra do artigo de Sérgio Nobre!

O emprego vaza para um paraíso fiscal

Enquanto o ministro da Economia multiplica seu dinheiro nos berços da preguiça produtiva, as trágicas estatísticas do emprego formal revelam que de cada 100 postos de trabalho gerados, 83 pagam até dois salários mínimos, que inclui as formas legalizadas de precarização

Ao caminhar pelas ruas, constato o aumento da quantidade de prédios

Em artigo publicado nesta quarta-feira (8), no portal de notícias Poder 360, o presidente nacional da CUT, Sérgio Nobre, destaca estatísticas do IBGE que confirmam quadro aterrador: são mais de 31 milhões os trabalhadores que estão subutilizados, o que corresponde a 27,4% da força de trabalho.

Esse contingente é a soma dos 13,7 milhões de desempregados, mais 7,7 milhões que têm jornada abaixo do que gostariam de trabalhar, outros 5,3 milhões estão desalentadas pelo desemprego de longa duração e mais 4,4 milhões inativos que precisam de um emprego.

Enquanto isso, “o ministro Paulo Guedes acredita que a crise ‘limpa’ a economia de empresas com baixa produtividade, eliminando-as. No caso do ministro, o seu negócio é fazer o dinheiro se multiplicar nos berços da preguiça produtiva que são os paraísos fiscais”.

com portas fechadas e, nelas, placas de “alugase” e “vende-se” ocupam o lugar do “temos vagas”. São pessoas que não conseguem arcar com o custo dos aluguéis, empresas destruídas pela recessão econômica, depois agravada pela pandemia de Covid-19 e a consequente crise sanitária causada pelas ações erráticas do governo federal.

Gente que foi catapultada ao limbo econômico e social pela política econômica equivocada, pela incompetência de um presidente da República que negou a proteção à saúde tornando-se responsável por boa parte das mais de 600 mil vítimas fatais do Coronavírus. Já seu ministro Paulo Guedes acredita que a crise “limpa” a economia de empresas com baixa produtividade, eliminando-as. No caso do ministro, o seu negócio é fazer o dinheiro se multiplicar nos berços da preguiça produtiva que são os paraísos fiscais.

Bem longe do paraíso, atrás de cada porta fechada no Brasil, há trabalhadoras

desempregadas, agoniadas com a fome dos filhos e com o despejo. Nos sindicatos, diariamente chegam trabalhadores desesperados com a falta de emprego, com a carestia, que nos procuram aflitos na esperança de encontrar um atalho que resolva o problema daquele dia, tensos e atentos a qualquer oportunidade que venha aliviar o fardo insuportável do desemprego.

As estatísticas do IBGE confirmam esse quadro aterrador: são mais de 31 milhões os trabalhadores que estão subutilizados, o que corresponde a 27,4% da força de trabalho. Esse contingente é a soma dos 13,7 milhões de desempregados, mais 7,7 milhões que têm jornada abaixo do que gostariam de trabalhar, outros 5,3 estão desalentados pelo desemprego de longa duração e mais 4,4 milhões inativos que precisam de um emprego.

Os números oficiais ainda indicam que são 25,4 milhões os ocupados por conta própria, sendo 19,4 milhões na total informalidade, outros 4,2 milhões são trabalhadores domésticos e 10,8 milhões assalariados sem registro em carteira de trabalho. Quase 42 milhões que trabalham de forma precária e na informalidade, sem nenhuma proteção laboral, social ou previdenciária. É o aumento desse contingente que tem feito o desemprego diminuir.

O governo tem usado as estatísticas do registro administrativo do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) para comemorar uma falsa volta dos empregos. Há problemas nesses dados decorrentes de mudança metodológica e de coleta, dos impactos da pandemia nas empresas e da preservação dos empregos pelas políticas de proteção que propusemos e viabilizamos no Congresso, entre elas o auxílio emergencial, que foi extinto deixando mais de 20 milhões de brasileiros sem saber como sobreviverá. Infelizmente, os números anunciados pelo governo federal serão revistos a menor.

O mais trágico nas estatísticas do emprego formal é que de cada 100 postos de trabalho gerados, 83 pagam até dois salários mínimos,

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

que incluem as formas legalizadas de precarização (contrato intermitente, jornada parcial, etc.).

E qual é a resposta que o governo federal nos reserva? Carestia. Conforme levantamento da ANP (Agência Nacional do Petróleo), de novembro, o preço da gasolina já encostava em R\$ 8,00 (como em Bagé-RS e Niterói-RJ, cidades onde custa R\$ 7,99), o botijão de gás chega a custar R\$ 140,00 no interior do Brasil (caso de Sorriso-MT), a inflação na casa de dois dígitos; os juros pisando no freio da economia.

O país passando vexame internacional e os agentes econômicos indicando nova recessão. O tsunami que o governo promove e alimenta é de grande dramaticidade com a destruição generalizada de empresas e empregos.

Não haverá futuro virtuoso sem uma mudança radical da política econômica que coloque o emprego de qualidade e o crescimento da renda do trabalho como eixos articuladores do desenvolvimento do País. Para isso, são necessárias coordenação governamental de investimentos robustos, públicos e privados, em infraestrutura econômica e social; o fortalecimento da educação, da pesquisa, da inovação que incrementa a produtividade; a promoção de políticas sociais bem-estruturadas e bem-articuladas, todas dimensões com forte impacto multiplicador do emprego e de incremento da demanda interna.

Nesse país onde os empregos vazam para os paraísos fiscais ou para o lucro dos bancos, que cresceram nesse ano 53%, a classe trabalhadora está em estado de choque com a destruição das atividades produtivas, que deixaram um cenário de guerra. Nossa tarefa é mudar o rumo e retomar caminhos que nos levem a empregos de qualidade, ao aumento dos salários e da demanda, das empresas produtivas, do fim da pobreza e da miséria, da diminuição das desigualdades.

Fonte: CUT Brasil

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF